

**ACTA**

No primeiro dia do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Disse, a propósito do estudo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) sobre a caracterização dos recursos humanos dos Municípios da região do Norte de Portugal, que o absentismo relativo ao Município de Guimarães é preocupante, uma vez que foram registados 45.666 dias de absentismo no total dos trabalhadores afectos ao Município, no ano de 2010. Assim, manifestou surpresa relativamente às conclusões do estudo, a seu ver explicada pela ausência de informação que devia ser prestada ao executivo municipal. Quis saber como pode o Vereador responsável pelos Recursos Humanos da Autarquia, quando contactado para comentar os números do absentismo, “sugerir mais fiscalização”, pois associado ao absentismo existem prejuízos para as finanças da Autarquia e do Estado e ter afirmado que “sistematicamente temos cerca de 10% do pessoal ausente”. Face

a estas afirmações, perguntou se a ausência permanente de 10 % dos 1.638 trabalhadores municipais tem implicações na qualidade do serviço prestado aos cidadãos. Disse entender que a ausência permanente de mais de 160 trabalhadores municipais afecta gravemente a qualidade e a eficácia dos serviços e que por isso é obrigação do Executivo prestar mais atenção aos Recursos Humanos. Considerou a sugestão do aumento da fiscalização uma desculpa de "mau pagador", pois quase todas as ausências têm suporte legal. Em sua opinião, a questão fundamental estará relacionada com outros factores, designadamente com as condições de trabalho disponibilizadas aos trabalhadores municipais, o ambiente de trabalho promovido pelas chefias e as responsabilidades assacadas aos diferentes responsáveis pelos serviços.

2 – Vereador André Coelho Lima – Começou por questionar a Câmara sobre as exigências concretas, e calendarização do seu cumprimento, que haviam sido feitas ao novo Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães. Assim, recordou que aquando da nomeação do Prof. João Serra como Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, foi pelo PSD dito, em intervenção feita pelo próprio, que *"esta aprovação, não pode ser apenas a recondução de um novo elemento da presidência, alheando-se a Câmara de qual vá ser a sua actividade. Recordemos que o que nos pôs nesta situação foi precisamente o facto de a Câmara sempre ter querido abster-se de participar no imaterial, abandonando a vertente imaterial e confiando-a à FCG, abdicando de fiscalizar, desde início, a sua aplicação. Agora, para este novo CA, importa impor um rigoroso caderno de encargos, que deve sair do rol de críticas efectuadas e compiladas pela Câmara ao trabalho da anterior Presidente, que no fundo teriam sido o*



fundamento da sua demissão, e que importa que sejam agora cabalmente cumpridas pelos novos órgãos, sendo que o cumprimento deste "caderno de encargos" tem que ser fiscalizado semanalmente, com acompanhamento permanente por parte da Câmara e demais órgãos institucionais." Questionou ainda, na sua intervenção, qual foi a compensação paga à Dra. Cristina Azevedo, sabendo-se que a mesma seria quantificada em 30 dias, tal como resulta da acta da última reunião de Câmara. Por último, questionou o Presidente de Câmara acerca do ponto de situação da revisão dos vencimentos do novo Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, uma vez que o Presidente de Câmara é, nessa qualidade, Presidente da Comissão de Vencimentos da Fundação Cidade de Guimarães. Recordou que o PSD, em reacção pública emitida em 22 de Julho de 2011, exigiu esta revisão em termos que se recordam: *"... cumpre recordar que uma das razões que tornou a CEC/2012 tristemente célebre foram os vencimentos dos seus quadros e administradores, vencimentos esses, recorde-se, decididos e fixados pela Comissão de Vencimento da FCG, presidida pelo PCM, Dr. António Magalhães. Nessa conformidade, o PSD exige que o Dr. António Magalhães, enquanto Presidente da Comissão de Vencimentos, aproveite a reformulação que a este nível terá lugar para determinar vencimentos, contrariamente aos que fixou para o anterior CA, mais adequados às respectivas funções e sobretudo ao momento que o País, e em particular a região do Vale do Ave, atravessam."* Assim, o Vereador do PSD quis saber que passos foram até hoje dados para definição desta revisão de vencimentos, uma vez que decorreu já mais de um mês desde a nomeação do novo Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, que tipo de exigências foram feitas pela Câmara Municipal ao novo Presidente

do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães e qual veio a ser a compensação da saída da Dr.^a Cristina Azevedo. Finalmente, perguntou se eram já conhecidos os valores dos vencimentos dos restantes membros do Conselho de Administração; **3 - Vereador José Manuel Torcato Ribeiro - a)** – Solicitou a execução de passeios na zona da Estação Ferroviária (entre o estabelecimento da “Pavico” e a Estação de Correios da Rodovia; **b)** – Quis saber onde será instalada a fonte que se encontrava no Largo do Toural e que vai mudar de sítio na sequência das obras de requalificação que decorrem no centro da cidade; **4 - Vereadora Alexandra Gesta** – Disse que o calendário acertado com o do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - para a reabilitação dos bairros sociais está a ser rigorosamente cumprido, tendo o trabalho desenvolvido vindo já a merecer elogios por parte daquela entidade. **5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu – **a)** – Quanto à informação prestada pela Vereadora Alexandra Gesta, disse que se estava a trabalhar com eficácia e eficiência, tendo informado que a empresa municipal CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM, estava também a trabalhar com o IHRU no âmbito do levantamento social daqueles empreendimentos; **b)** – Relativamente ao passeio junto à Estação informou que tal obrigação era da Rede Ferroviária Nacional, que não o tinha executado, não tendo a Câmara Municipal qualquer competência para obrigar a sua execução. Contudo, adiantou que a Câmara, porque está preocupada com a situação, intervirá se não se conseguir resolver o problema; **c)** – No que diz respeito à Fonte do Toural disse que ainda não estava decidida a localização onde irá ser instalada, embora já tenham sido propostos vários locais.



Finalizou dizendo que logo que tomada uma decisão a este respeito, será, em primeiro lugar, transmitida ao Executivo Municipal; **d)** – Sobre a Fundação Cidade de Guimarães, disse que não iriam ser feitas quaisquer exigências, mantendo-se a Câmara Municipal atenta ao trabalho desenvolvido. Relativamente à compensação, disse que ainda não era conhecido o seu valor, acrescentando que os vencimentos dos restantes membros do Conselho de Administração era um assunto que iria ser abordado em reunião agendada para o dia de amanhã, acrescentando, contudo, que tal irá ser decidido em reunião da Comissão de Vencimentos e posterior reunião do Conselho Geral. **e)** – Sobre o estudo da CCDRN, disse que a componente das Escolas, que é nova para a autarquia, tem um peso de quase 50% do absentismo global da Câmara Municipal. Acrescentou que havia contornos que eram difíceis de ultrapassar, referindo que a situação de Guimarães relativamente a outras autarquias é boa. **6 – Vereador José Augusto Araújo** – Ainda sobre o relatório da CCDRN, deu algumas explicações dizendo, designadamente, que o resultado de 10% de absentismo não constituiu qualquer surpresa, pois foi a autarquia que forneceu os elementos àquela entidade. No entanto, reconheceu que a taxa de 46% de faltas que se verifica no sector do pessoal não docente das escolas causa estranheza e preocupação, salientando que a esmagadora maioria das faltas são justificadas e que o motivo mais comum é doença. Acrescentou que a taxa de 46% é demasiado elevada e levanta questões relativas à validade de alguns dos atestados. Disse estar atento à situação, considerando que seria útil uma revisão da actual legislação, de forma a tornar a fiscalização mais apertada e eficaz. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento que na abertura do novo ano lectivo, o concelho de Guimarães regista o encerramento das seguintes escolas do ensino básico: EB1 Arosa; EB1 Paçô Vieira; EB1 Igreja e EB1 Campelos, ambas da freguesia de Ponte, na sequência da abertura do Centro Escolar de Ponte; EB1 Bairro e EB1 Francisco dos Santos Guimarães, ambas da freguesia de Urgezes, devido à abertura do Centro Escolar de Urgezes; **2** – Congratulou-se com a decisão do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que proferiu um despacho que retira o melro da lista de espécies cinegéticas, revogando a portaria que permitia caçar esta ave; **3** – Do pedido da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações – solicitando a colaboração da Câmara Municipal de Guimarães na prestação de informação credível e objectiva aos cidadãos sobre o desligamento do sinal de televisão analógico terrestre, passando os serviços de televisão em “sinal aberto” a ser assegurados pela TDT – Televisão Digital Terrestre. **4** – Informou estar em fase de elaboração o projecto da nova via que vai ligar a Avenida da República do Brasil e o Largo das Hortas. **5** – Deu conhecimento que a Câmara Municipal vai construir uma plataforma para transportes públicos na Avenida de S. Gonçalo, no espaço actualmente ocupado pelo posto de abastecimento de combustíveis daquela artéria. Referiu que este projecto vai eliminar o actual espaço de carga e descarga de passageiros dos Transportes Urbanos de Guimarães, junto ao espaço comercial “Triângulo”, ao mesmo tempo que vai ter condições para receber outros autocarros, nomeadamente que transportem turistas; **6** – Disse que a Câmara Municipal vai promover um novo ordenamento, com novas regras, do espaço do Centro Histórico, tudo apontando para que em 2012 haja menos



espaço para esplanadas e uma nova exigência no que diz respeito a descargas naquele espaço do centro da cidade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Da carta do Professor João Serra comunicando que aceita o cargo de Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, para o qual foi nomeado pela Câmara Municipal, e agradecendo a confiança em si depositada, com o que refere sentir-se muito honrado; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 21 de Julho de 2011, que aprovou a **conta final** respeitante à obra designada por “**Variante de Campelos**”, de acordo com a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: “Variante de Campelos – Ponte – CONTA FINAL – 1 – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Dr. Domingos Bragança, de 28 de Setembro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves, SA, pelo valor de €684.228,94 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €670.171,06 + IVA. 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos em virtude das quantidades previstas não terem sido esgotadas, no valor de €14.057,88 + IVA, correspondendo a 2,05% do valor da adjudicação. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €42.774,60 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a

aprovação desta conta final no valor de €712.945,66 + IVA, sendo que €670.171,06 + IVA de trabalhos contratuais e €42.774,60 + IVA de revisão de preços e do auto final no valor de €67.812,13 + IVA e Autos de Revisão Preços no valor de €25.485,03 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º, do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº 1 do art. 401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir reclamação fundamentada.”; **III** - Do despacho do Vice - Presidente da Câmara, datado de 24 de Agosto de 2011, que aprovou a **conta final** respeitante à obra designada por **“Requalificação da Antiga EN 310 – Silvares/Pevidém”**, de acordo com a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: Requalificação da Antiga EN 310 – CONTA FINAL – 1 – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Dr. Domingos Bragança, datado de 6 de Janeiro de 2011, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves, S.A., pelo valor de €713.894,51 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €572.611,75 + IVA. 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos relativamente a: 3.1 - Suprimento de trabalhos, no valor de €102.371,05 + IVA, correspondendo a 14,3% do valor da adjudicação. Estes trabalhos a menos, foram retirados da empreitada nos termos do n.º1 e n.º2 do art. 379º do Decreto-Lei 18/2008, em consequência de: 3.1.1 - Solicitação da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, que através do seu ofício datado de 03-02-2011, vem requerer que os trabalhos relativos às obras a executar na Rua D. Guilherme Augusto, não fossem executados uma vez que no seu Plano de Actividades para o ano de 2011, estes mesmos trabalhos, estavam previstos. 3.1.2 - Após adenda



ao Contrato de Urbanização entre o Município de Guimarães e o Promotor Grande Solar, verificou-se que os trabalhos relativos ao troço da EN 310, compreendido entre a rotunda da Auto – estrada e a rotunda de Mouril, competiam ser executados pelo promotor privado. Assim, foi à data elaborada informação (anexo 1) em que é proposto o suprimento destes trabalhos, a qual mereceu despacho favorável do Sr. Dr. Domingos Bragança, tendo sido comunicado ao empreiteiro adjudicatário esta ordem através de ofício datado de 30/03/2011.

3.2 - Não esgotamento da medição de alguns artigos previstos em projecto, que corresponde a €38.911,71 + IVA, correspondendo a 5,5% do valor da adjudicação. Deste modo, o valor total de Trabalhos a Menos é de €141.282,76 + IVA, correspondendo a 19,8 % do valor da adjudicação.

4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €572.611,75 + IVA e do Auto final no valor de €132.672,62 + IVA.

5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados.

6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. Não há lugar a Revisão de Preços com índices provisórios uma vez que a variação dos coeficientes de actualização è 0%.

7 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços.

8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º, do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido.

9 - De acordo com o nº 1 do art. 401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua

reclamação fundamentada”; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 26 de Julho de 2011, que aprovou a repartição de encargos respeitante à obra designada por “**Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral**”, de acordo com informação do Departamento de Obras Municipais, correspondendo ao ano de 2011 o valor de €141.334,00 + IVA (€149.814,04) e ao ano de 2012 o valor de €71.723,65 + IVA (€76.027,07); **V** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 29 de Julho de 2011, que adjudicou a obra designada por “**Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral**”, ao concorrente “**Alexandre Barbosa Borges, SA**”, pelo preço de €266.405,00 + IVA, para um prazo de execução de 150 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos; **VI** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 17 de Agosto de 2011, que adjudicou a obra designada por “**Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos**”, ao concorrente “COMBITUR – Construções Imobiliárias e Turísticas, SA”, pelo preço de €567.282,26 + IVA, para um prazo de execução de 90 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos; **VII** – Do despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 25 de Agosto de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Acesso e Estacionamento de Apoio à Escola EB 2,3 de Abação**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €417.715,91 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.17 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de



escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €417.715,91 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas. b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **VIII** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Agosto de 2011, que adjudicou a prestação de serviços designada por **“Prestação de serviços de transporte de alunos – Ano lectivo 2011/2012 – Concurso Público nº 5/11”** da seguinte

forma: ao concorrente **Agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda.**, o Lote 1 (transporte escolar), pelo preço de €405.720,00 + IVA. Ao concorrente **Arriva Portugal Transportes, Lda.**, o Lote 2 (transporte no período de almoço), pelo preço de €24.150,00 + IVA. **IX** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Agosto de 2011, que concordou com a informação da Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros para abertura do **Concurso Público nº 12/11** com vista à adjudicação da **“Prestação de serviços de gestão corrente do Parque de Campismo da Penha – 2011/2014”**; **X** – Do despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 18 de Agosto de 2011, que concordou com a informação da Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros para abertura do **Concurso Público nº 10/11** com vista à adjudicação da **“Prestação de serviços de fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização para o Município de Guimarães”**. **XI** – Do relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o exame das contas consolidadas do Município de Guimarães relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, com abstenção do Vereador José Manuel Antunes, por não ter estado presente na reunião. Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE



CÓNEGOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 19 de Maio de 2011, foi aprovada a repartição de encargos da empreitada em assunto, de acordo com o plano de pagamentos da respectiva proposta, da seguinte forma: Ano de 2011 – Ano de 2011 = €1.118.005,64 + IVA = €1.185.085,98; Ano de 2012 = €530.890,83 + IVA = €562.744,28. Sendo necessário dotar a respectiva rubrica do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2012 daquele montante de €562.744,28, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos nestes precisos termos”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CASA DA MEMÓRIA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.800.000,00, destinada a suportar a despesa com a rubrica 2.5.1.22. Com vista a ser adjudicada a empreitada em epígrafe à empresa “Casais – Engenharia e Construção, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento em 9 de Agosto de 2011, pelo preço de €1.746.077,13 + IVA e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2011 – €446.310,07 + IVA = €473.088,67; Ano de 2012 – €1.299.767,06 + IVA = €1.377.753,08”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CASA DA MEMÓRIA – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público para execução da obra em epígrafe, em anexo,

que propõe a adjudicação ao concorrente "CASAIS – Engenharia e Construção, SA, pelo preço de €1.746.077,12 + IVA", para um prazo de execução de 240 dias. O relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – NOVO ACESSO PEVIDÉM/S. CRISTÓVÃO DE SELHO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –

Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 28 de Julho de 2011 a "M. Couto Alves, SA", pelo valor de €1.004.100,10 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PARTICULARES – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – EMPREENDIMENTO DE TURISMO (AGRO TURISMO) – LUGAR DA BOUÇA – FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA –

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Na sequência do pedido de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, solicitado por Manuel Joaquim Almeida Rodrigues, de modo a potenciar a instalação de um empreendimento turístico em espaço rural e de turismo da natureza num conjunto edificado (inserido em meio rural) localizado na denominada Quinta dos Galos, lugar da Bouça, freguesia de Airão Santa Maria, área territorial que se encontra classificada (pelo actual Plano Director Municipal) como reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional e da informação técnica emitida pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico datada de 18 Julho '11, com posterior despacho superior de 05 Agosto '11, julga-se que: 1. ao abrigo do Decreto-



Lei 39/2008, cabe aos Municípios pronunciar-se sobre a possibilidade de instalação de empreendimentos turísticos em espaço rural; 2. a intervenção a realizar implica uma ampliação do edificado existente em (aproximadamente) 72,30 m² que corresponde a (aproximadamente) 30 % da área de solo hoje impermeabilizada; 3. a intervenção a realizar visa reutilizar e dinamizar uma propriedade agrícola de área aproximada de 19.559 m² através do recurso e conjugação da (recuperação da) actividade agrícola e (implementação do) turismo em espaço rural compatível com a paisagem e uso de solo dominante verificado; 4. o edificado rural existente é constituído por um conjunto de construções que se caracterizam pela relação formal e de dependência funcional que existiria enquanto Habitação de apoio agrícola, visando a intervenção a realizar a sua preservação e reforço como elementos indissociáveis da paisagem e da respectiva utilização quotidiana. Assim, em função da natureza e características da intervenção (implementação de turismo em espaço rural, potenciando a dinamização da economia local, recuperação de uma unidade agrícola expressiva, favorecendo assim a competitividade turística e qualidade paisagística do concelho; ampliação da edificação existente apenas na medida do ajustamento das construções a um programa funcional viável), entende-se propor o reconhecimento de interesse público municipal tal como solicitado pelo Requerente, devendo fixar-se como condicionantes a observar no eventual e futuro processo de licenciamento e construção a seguinte condição: 1. a intervenção a realizar deverá obedecer a critérios de qualidade ao nível urbanístico, arquitectónico e ambiental (que só o desenvolvimento do projecto nas suas fases subsequentes à presente permite avaliar); Face ao exposto, propõe-se a submissão do presente

reconhecimento de interesse público municipal ao Órgão Executivo Competente (e, em caso de decisão positiva, à Assembleia Municipal). Em anexo, junta-se planta de localização e fotografias da área de intervenção". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

OBRAS PARTICULARES – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL – FREGUESIA DE BRITO –

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Na sequência do pedido de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, solicitado pela empresa "Rodrigues & Camacho, SA", de modo a potenciar a edificação das suas novas instalações em terreno classificado (pelo actual Plano Director Municipal) como zona de construção de transição, reserva agrícola municipal e área florestal não condicionada e da informação técnica emitida pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico datada de 29 Julho '11, com posterior despacho superior de 01 Agosto '11, julga-se que: 1. o pedido de emissão de declaração de interesse público municipal solicitado reporta-se à transferência das actuais instalações da empresa "Rodrigues & Camacho, SA" para terreno localizado na freguesia de Brito, possibilitando maiores possibilidades de responder aos requisitos técnicos, funcionais e ambientais que hoje uma empresa similar à empresa "Rodrigues & Camacho, SA" está obrigada a responder quer em termos legais, quer ao nível da competitividade empresarial; 2. a empresa em causa apresenta hoje um volume de negócio significativo e uma



taxa de empregabilidade expressiva para a escala e realidade do concelho; 3. a mesma empresa encontra-se em processo de internacionalização e de certificação, carecendo de melhores instalações de trabalho e armazenamento; 4. a intervenção proposta pressupõe o reperfilamento e alargamento do arruamento de acesso ao terreno em causa a partir da rede viária local; 5. a intervenção proposta visa a preservação do conjunto edificado existente, tentando “encastrar-se” no terreno e diminuindo a respectiva presença física e visual; 6. a área de intervenção insere-se numa unidade agrícola que foi atravessada e “cortada” pela passagem da auto-estrada A11, perdendo potencial e viabilidade agrícola; 7. a mesma intervenção pressupõe a inutilização de solo agrícola marginal do caminho confrontante, não colidindo com a leitura global da parcela agrícola; 8. a mesma intervenção “remata” uma área já densamente construída; 9. a transferência das instalações actuais para Brito potencia a requalificação ambiental do mesmo actual local, com benefícios evidentes para a sua presença e impacto quer na envolvente, quer para quem acede a Guimarães via auto-estrada ou Vila Nova de Famalicão... Assim, em função da dimensão da empresa e seu impacto na economia local, da solução urbanística que se enquadra na envolvente, melhoria da infra-estrutura viária existente e não prejuízo de uma unidade agrícola relevante e das vantagens que esta transferência de instalações poderá significar para Silveiras, entende-se propor o reconhecimento de interesse público municipal tal como solicitado pelo Requerente, devendo fixar-se como condicionantes a observar no eventual e futuro processo de licenciamento e construção as seguintes condições: 1. a nova edificação a realizar deverá obedecer a critérios de qualidade ao nível urbanístico, arquitectónico e ambiental (que só

o desenvolvimento do projecto nas suas fases subsequentes à presente permite avaliar); 2. a obrigatoriedade do armazenamento a realizar nas novas instalações se cingir ao interior do edificado. 3. a obrigatoriedade da requalificação das actuais instalações da empresa em Silvares, favorecendo largamente a permeabilização do solo e arborização (a avaliar em simultâneo com o eventual e futuro processo de licenciamento da nova construção). Face ao exposto, propõe-se a submissão do presente reconhecimento de interesse público municipal ao Órgão Executivo Competente (e, em caso de decisão positiva, à Assembleia Municipal)”.
DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

PROCESSO RECRIA – COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – EDIFÍCIO SITO NO LARGO DO TROVADOR, 24, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – Presente a seguinte proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal: “Em reunião de 12 de Junho de 2008, a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das comparticipações devidas pelo Município, no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), após aprovação da candidatura pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRIA aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos



individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRIA nº.43, a Sra. Rosa Paula Ribeiro Mendes, tendo como procurador o Sr. Manuel Salgado Ferreira, solicitou, na qualidade de proprietária do edifício sito no Largo do Trovador, nº. 24, freguesia de S. Sebastião, a realização de obras naquele imóvel, ao abrigo do referido Programa RECRIA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em 29 de Outubro de 2009, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo de 11 de Dezembro de 2009, nas seguintes condições de comparticipação: -----

Custo total da obra	82.231,21 € (c/ IVA a 6%)
Comparticipação total	74.387,64 € (c/ IVA)
Comparticipação IHRU	44.461,04 € (c/ IVA a 5% obra inicial e IVA a 6% trabalhos a mais)
Comparticipação CMG	29.926,60 € (c/ IVA a 6%) (*)

(*)- A CMG procederá ao pagamento do valor da comparticipação , com base no valor do orçamento total da obra a 6%. Em 18 de Fevereiro de 2011, a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à comparticipação do Município, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº. 329-C/ 2000, de 22 de Dezembro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 10 e na unidade económica 08.08.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER, CONSULTA ESCRITA, NEGOCIAÇÕES E ELABORAÇÃO DE ACORDOS E COMUNICAÇÕES – FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO) – Presente, para ratificação,

o despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de Agosto de 2011, que concordou com a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: "Dando cumprimento ao despacho do Sr. Presidente relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me proceder à formalização do processo de despesa relativa aos serviços prestados, fora do âmbito da avença, pelo Advogado Dr. Luís Teixeira e Melo. 1. Objecto: Prestação de serviços, na modalidade de tarefa, para acompanhamento técnico e aconselhamento jurídico, com emissão de pareceres escritos, elaboração de acordos e comunicações, no âmbito do processo de negociação da alteração do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães. 2. Considerandos: Revelou-se necessário o aconselhamento jurídico, com acompanhamento técnico, no âmbito do processo de negociação da alteração do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, tendo sido solicitado este serviço ao escritório Gama Lobo Xavier, Luís Teixeira e Melo e associados, com quem o Município detém um contrato de prestação de serviços na modalidade de avença; Estes serviços não estão abrangidos pelo objecto daquele contrato de avença; Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos quanto à existência de recursos internos disponíveis, porquanto se trata de um serviço que deve ser prestado por entidade externa aos serviços. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a contratação da prestação de serviços supra referida, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do



contrato é a prestação de serviços, na modalidade de tarefa, para acompanhamento técnico e aconselhamento jurídico, com emissão de pareceres escritos, elaboração de acordos e comunicações, no âmbito do processo de negociação da alteração do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães. b) A despesa estima-se em €5.000,00 (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo já sido facturado o valor de €3.500,00 acrescido de IVA, relativo aos serviços entretanto prestados. O restante valor respeita aos serviços a prestar de acompanhamento dos actos para a boa execução do acordo alcançado. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, nos termos do art. 128º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, pelo que o valor total desta prestação de serviços será de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 02 e na unidade económica 02.02.14. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RECEITAS ELECTRÓNICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 21 de Julho de 2011, que concordou com a seguinte informação da Directora do Departamento de

Recursos Humanos: “Na sequência da obrigatoriedade da prescrição electrónica de medicamentos, de acordo com o disposto na Portaria n.º 198/2011, de 18 de Maio e subsequentes orientações do Ministério da Saúde, é necessário proceder à contratação de uma entidade certificada pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), no sentido de fornecerem o software necessário para a concretização da prescrição de receitas por via electrónica. Deste modo, estando o Município cingido ao cumprimento do disposto no referido diploma legal, não sendo possível recorrer a qualquer outra modalidade de prescrição electrónica, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para que se celebre um contrato de prestação de serviços que terá como objecto a garantia do suporte de prescrição electrónica, pelo período previsível, de 36 meses. Para emissão de parecer prévio, necessário para a celebração do contrato de prestação de serviços supra referido, informa-se que: a) o objecto do contrato é a prestação de serviços no âmbito da prescrição electrónica de medicamentos, como garantia da prossecução da Medicina Curativa; b) esta despesa, que se estima num valor base de 300,00€, para um período de 12 meses, a iniciar a 1 de Agosto de 2011, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental na rubrica 02.25. c) propõe-se, como procedimento de compra o Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, consultando 3 entidades certificadas pela ACSS. Considerando a necessidade de parecer prévio do órgão executivo e atenta à urgência do procedimento, propõe-se que seja concedida autorização para contratação da prestação de



serviços e posterior ratificação em Reunião de Câmara.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONCEPÇÃO DO PROJECTO DE AMBIENTAÇÃO CENOGRÁFICA E APOIO AO ENVOLVIMENTO COMERCIAL E COMUNITÁRIO DA FEIRA AFONSINA 2011

– Presente a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: “**1. Objecto:** Prestação de Serviços – Concepção do Projecto de Ambientação Cenográfica e Apoio ao Envolvimento Comercial e Comunitário da Feira Afonsina 2011 – 2. Considerando: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em ambientação cenográfica para eventos históricos; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contratos de prestação de serviços com a entidade abaixo indicada considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços referentes a: Criação de uma memória descritiva e de um conceito cenográfico como o *dressingcity*; Identificação dos elementos decorativos dos materiais e suas respectivas formas de implementação e apresentação; Ilustração em desenho original, em suporte digital;

Apoio ao envolvimento comercial e comunitário da Feira Afonsina.

b) A despesa total estima-se em €6.027.00. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica do plano de actividades 3.4.2.07, com classificação económica 09020220 correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo no regime simplificado, de acordo com os art.ºs 128 e 129.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. Pretende-se contratar a seguinte empresa: Conteúdos Mágicos – Gestão e Produção de Eventos Culturais, Lda. Atendendo à especificidade da temática e época – época de D. Afonso Henriques, é esta a empresa que melhor corresponde à qualidade exigida para este Evento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 09 e na unidade económica 02.02.20. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Arquivos: “**1. Objecto:** Prestação de Serviços de Digitalização, Indexação de Documentos/Livros do Arquivo de Registo Paroquial Custodiado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. **2. Considerando que:** A presente prestação de serviço destina-se a assegurar a digitalização e indexação de documentos/livros do registo paroquial, prevista no Orçamento Geral e aprovada na candidatura ao FEDER – 000038 – “Digitalização um processo de acessibilidade e conteúdos e serviços on-line”. A execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência na área de digitalização de documentos/livros de carácter histórico. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe



possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de digitalização, indexação de documentos/livros do arquivo de registo paroquial custodiado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; b) A despesa anual estima-se em €49.400,00 (*quarenta e nove mil e quatrocentos euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 08.02.02.20 correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo de acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTOS DE EXECUÇÃO COMPREENDENDO ARQUITECTURA E ESPECIALIDADES, REFERENTE AO REPERFILAMENTO DA EM DE ACESSO À EB1 DO MONTE, FREGUESIA DE GUARDIZELA – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projectos: “**1. Objecto:** realização de projecto de execução ao reperfilamento da E.M. de acesso à E.B.1 do monte, Freguesia de Guardizela. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação

especializados e experiência em, arquitectura, engenharia civil e electrotécnica; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto de execução do reperfilamento da rua de acesso à EB1 do Monte, na freguesia de Guardizela., engloba todos os trabalhos e elementos de obra necessários ao projecto de arquitectura das especialidades complementares ao projecto de arquitectura elaborado, que englobam o projecto de arquitectura, os trabalhos de engenharia civil, estabilidade, hidráulica, passando ainda pela realização de caderno de encargos, mapa de quantidades, orçamento, plano de gestão de resíduos, plano de segurança e saúde, e projecto de iluminação pública. b) A despesa anual estima-se em €21.000,00 (*vinte e um mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com consulta a três entidades, nos termos de disposto no artigo 20, nº4 do *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos*. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do



respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO AVAC DA ESCOLA EB1 DE COUTO, NA FREGUESIA DE BARCO – Presente a seguinte informação do

Chefe da Divisão de Estudos e Projectos: “**1. Objecto:** projecto de Avac referente à escola EB1/JI de Couto, freguesia de Barco. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia mecânica e climatização; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é referente ao projecto de climatização e verificação térmica (RCESE E RCCTE). b) A despesa anual estima-se em € 20.100,00 (*vinete mil e cem euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo de acordo com o designado no artigo 20

do Decreto Lei 18/2008 de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, com consulta a uma entidade por ser quem detém conhecimento do projecto e direitos de autor sobre o mesmo. Propõe-se a consulta à empresa Padrão da Oliveira, gabinete de engenharia, arquitectura e planeamento de Guimarães, Lda. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTOS DE ESPECIALIDADES COMPLEMENTARES AO ESTUDO DE ARQUITECTURA DESENVOLVIDO NA DPU, REFERENTE À RUA DA IGREJA DE LEITÕES

– Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projectos: “**1. Objecto:** realização de projecto de especialidades complementares ao estudo realizado de reperfilamento da Rua da Igreja, da Freguesia de Leitões. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em, engenharia civil e electrotécnica; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego



público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto das especialidades complementares ao projecto de arquitectura elaborado, que englobam os trabalhos de engenharia civil, estabilidade, hidráulica, passando ainda pela realização de caderno de encargos, mapa de quantidades, orçamento, plano de gestão de resíduos, plano de segurança e saúde, e projecto de iluminação pública. b) A despesa anual estima-se em €7.200,00 (*sete mil e duzentos euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com consulta a três entidades, nos termos de disposto no artigo 20, nº4 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REALIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE ESPECIALIDADES COMPLEMENTARES AO PROJECTO DE ARQUITECTURA RESPEITANTE AO NOVO EDIFÍCIO DA CANTINA ECONÓMICA – Presente a seguinte informação do Director do

Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1. Preâmbulo** – Encontra-se em elaboração o projecto de instalação da denominada cantina económica em edifício adjacente ao novo recinto da feira semanal e que visa assegurar a transferência do serviço social (senão na integra, pelo menos parcialmente) que a denominada “casa dos pobres” hoje assegura em edificação localizada na área central da cidade (centro histórico). Em virtude do carácter urbanístico e social que encerra, o presente processo foi já alvo de concertação prévia com a entidade gestora da referida “casa dos pobres”, tendo a mesma contribuído para a definição das premissas, nomeadamente funcionais, a fixar no desenvolvimento do projecto. O projecto em curso encontra-se em fase de estudo prévio (arquitectura), já concluído, não registando qualquer desenvolvimento ao nível das denominadas especialidades. **2. Objecto** – O serviço que se pretende contratar diz respeito ao projecto de execução do novo edifício da cantina económica, em desenvolvimento pela Divisão do centro Histórico, e que reporta à adaptação de uma construção existente para o fim atrás descrito (situado na envolvente próxima do novo recinto da feira semanal). **3. Considerandos** – A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação e experiência especializados em engenharia civil, electrotécnica, mecânica e acústica; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de Funcionários do Município nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de trabalho não subordinado, não sendo possível o suporte de modalidade de relação jurídica de emprego público; **4. Proposta** – **Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do**



artigo 6º Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 3-B/2010, de 28 Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, ponderando os seguintes elementos:

O objecto a contratar é a execução dos projectos de especialidades complementares ao projecto de arquitectura para o novo edifício da cantina económica e que os recursos internos municipais não asseguram. Este trabalho envolverá as especialidades de estabilidade, hidráulica, plano de segurança e saúde, plano de gestão de resíduos, térmica, abastecimento de gás, segurança contra incêndios bem como aqueles inerentes a trabalhos arqueológicos, caderno de encargos, mapas de medições, orçamento e outros que, à luz da legislação em vigor, venham a ser necessários; A despesa anual estima-se em €9.500,00 (nove mil e quinhentos euros) ao qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06 referente ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2011; O procedimento de formação do contrato deverá ser mediante Ajuste Directo por se verificar ser o procedimento correcto nos termos do designado no número 4, artigo 20 do Decreto-Lei 18/08, de 29 Janeiro (Código dos Contratos Públicos), propondo-se o convite a três empresas para apresentação de propostas de trabalho; Será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". A despesa tem cabimento na unidade orgânica 10 e na unidade económica 07.01.13. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – COMPETITIVIDADE DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte

proposta do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "**PREÂMBULO** – Em 7 de Abril último, a Câmara Municipal deliberou confiar à A Oficina a elaboração de um estudo que configure uma proposta de modelo de gestão global e sustentabilidade económica da Plataforma de Artes e Criatividade. Recentemente, aquela Cooperativa oficiou esta Câmara referindo estar já em fase avançada de configuração uma proposta de programação do Centro de Artes para o momento da sua inauguração, viabilizada pela recente assinatura do contrato de comodato com o Mestre José de Guimarães. Já no que concerne ao estudo conducente à elaboração de uma proposta de modelo de gestão e sustentabilidade económica da Plataforma de Artes em termos futuros, informa não dispor de recursos humanos ou financeiros que lhe permitam responder ao cometimento expresso na referida proposta, pelo que sugerem que a Câmara Municipal de Guimarães proceda à respectiva aquisição. Prosseguindo uma política urbanística que, hoje, ultrapassa a exclusiva dimensão da requalificação para se expandir a uma dimensão global da regeneração do tecido urbano, incorporando as vertentes cultural, social e económica na construção e transformação da Urbe, o centro histórico de Guimarães regista um progressivo investimento financeiro no seu espaço físico, ora na componente de espaço público (infra-estruturação e requalificação da sua superfície), ora na reabilitação das construções de volumetria e valor patrimonial mais expressivas para albergar equipamentos e serviços de interesse para a cidade. Por outro lado, nunca como hoje se



depara ao centro histórico o desafio da competitividade e atractividade do seu espaço, o confronto da manutenção dos seus pilares fundamentais de intervenção com a abertura e inovação capaz de se traduzir na captação de novos investimentos, funções e pessoas. Neste processo, é convicção que à Plataforma das Artes (PAA) se reserva papel fundamental não só porque será o reflexo mais visível dos princípios basilares da política urbanística municipal (na integração de equipamentos em edifícios de valor patrimonial e devolutos...) como também porque se acredita que poderá induzir, motivar, incrementar a competitividade do centro histórico e sua atractividade para novas funções e pessoas. Assim sendo, estudar o centro histórico de Guimarães, sua realidade e perspectivas, desafios e dificuldades, desenhando a sua competitividade presente e futura e, no mesmo estudo, prestando uma atenção particular e focalizada na PAA e seu modelo de gestão e funcionamento (que traduza as tais qualidades e contributos identificados para o benefício e melhor qualificação do centro histórico) serão os dois grandes objectivos do estudo "competitividade do centro histórico de Guimarães" cujo custo global se estima não ultrapassar €65.000,00 (mais IVA à taxa legalmente em vigor).

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – 1. Objecto – Aquisição do estudo "a competitividade do centro histórico de Guimarães" **1.1 Objectivos gerais** – Estudar o centro histórico de Guimarães, sua realidade e perspectivas, desafios e dificuldades, desenhando a sua competitividade presente e futura e, no mesmo estudo, prestando uma atenção particular e focalizada na PAA e seu modelo de gestão e funcionamento (que traduza as qualidades e contributos identificados para o benefício e melhor qualificação do centro histórico) serão os dois grandes objectivos do estudo. O

Estudo “Competitividade do Centro Histórico de Guimarães” deve, assim, permitir maximizar o contributo da PAA para o desenvolvimento do capital social, económico e cultural do Centro Histórico de Guimarães, ao mesmo tempo que identifica as condições que garantam a viabilidade e sustentabilidade deste novo equipamento no contexto da regeneração da cidade. **1.2.**

Objectivos específicos – 1.2.1. Diagnóstico – Análise do contexto cultural, social e económico, identificando as potencialidades e debilidades que caracterizam o Centro Histórico de Guimarães. 1.2.2. Posicionamento Estratégico – Nesta fase será desenvolvida a análise do contexto sócio-económico-urbano do centro histórico, identificando e percebendo as suas actuais vivências, debilidades e potencialidades para melhor, em fase posterior, discernir sobre a real (e futura) capacidade atractiva e competitiva desta realidade urbana quer como parte integrante da cidade (de que forma contribui para a polaridade e qualidade da mesma cidade), quer como realidade urbana autonomamente legível (de que forma se potenciará e captará investimento, habitantes, turistas, ...). Para tal, e na sua fase intermédia, o estudo focalizar-se-á no desenvolvimento da visão, missão e valores que corporizem o posicionamento estratégico da PAC (e a sua articulação com o seu enquadramento geográfico imediato) em coerência com a percepção do mesmo equipamento como factor potenciador do incremento da competitividade do centro histórico e elementos incontornável do seu futuro. 1.2.3. Programa – Nesta etapa serão desenvolvidos os estudos analíticos e os planos operacionais que consubstanciem a implementação da estratégia: 1. análise da realidade sócio-económica-urbana do centro histórico de Guimarães: caracterização, debilidades e potencialidades; 2. modelo e programação da PAC: 3. O futuro do



centro histórico: sua competitividade e atractividade, oportunidades e ameaças. **1.2.4. Modelo de gestão** – Em função do âmbito do trabalho global a realizar, e sua especificidade relativamente à PAC, o mesmo trabalho deverá promover uma atenção particular ao modelo de gestão e estudo de viabilidade da PAC sem prejuízo da sua articulação e relação com a globalidade da realidade urbana que enquadra o equipamento – centro histórico de Guimarães. Quanto ao estudo de viabilidade, o estudo deve contemplar a elaboração do plano de financiamento do projecto bem como identificar os indicadores económico-financeiros que servirão de base ao sistema de monitorização da gestão da PAA. **2. Calendarização** – A prestação de serviços para Estudo da “Competitividade do Centro Histórico de Guimarães” deverá decorrer no prazo de 6 meses após a adjudicação. **3. Considerandos** – A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em investigação em antropologia; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **4. Proposta** – Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal emita parecer prévio favorável à abertura de procedimento para a seguinte aquisição de serviço: a) Objecto do contrato: Aquisição de estudo de competitividade do Centro Histórico de Guimarães; b) Preço: €65.000,00, acrescido de IVA à

taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 1.1.1.02, correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, ao abrigo da al. a) do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, com convite a três empresas / entidades com experiência e conhecimento respeitantes ao âmbito e matéria em estudo; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 07.01.13.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador **André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção, que a seguir se transcreve, ficasse registada em acta: "O PSD está naturalmente de acordo com a contratação de um estudo para a Competitividade do Centro Histórico (CH) de Guimarães, designadamente nas vertentes apresentadas no ponto dado para deliberação. No entanto, este estudo vem apresentado como uma alteração à deliberação do ponto 4 da reunião de Câmara de 14/Abril último, designado "Plataformas de Artes e Criatividade – Programação e Gestão". Ora, nesse ponto, entregava-se à Oficina a encomenda de um estudo relativo **apenas** à Plataforma das Artes (ver deliberação anexa), por se entender ser esta a entidade com competências no sector cultural. O Presidente de Câmara, perante as dúvidas levantadas pelo PSD de que A Oficina não teria competências técnicas para elaborar tal estudo com incidência económica, esclareceu que (em citação por aproximação, constante da acta, em declaração de voto dos vereadores do PSD) "*não se pretende que seja «A Oficina» a elaborar o estudo*



económico-financeiro, pretendendo-se tão somente delegar n'«A Oficina» a encomenda do estudo a uma outra entidade, com capacidade e apetência para o efeito, sendo que a razão de ser desta delegação n'«A Oficina» se prende com a circunstância de ser esta a entidade com poderes delegados na área cultural, apta como tal a estabelecer o programa funcional com base no qual será efectuado o estudo de sustentabilidade económico-financeira e proposta de modelo de gestão.» Esta posição foi clara, e motivou inclusive o voto favorável do PSD. Agora, quase 6 meses depois, diz-nos A Oficina o seguinte: *“Já no que concerne ao estudo conducente à elaboração de uma proposta de modelo de gestão e sustentabilidade económica da Plataforma das Artes em termos futuros, informa não dispor de recursos humanos ou financeiros que lhe permitam responder ao cometimento expresso na referida proposta, pelo que sugerem que a Câmara Municipal de Guimarães proceda à respectiva aquisição.”* Fica sem se perceber o que se passa. Porque devolve agora «A Oficina» à Câmara, quase 6 meses volvidos, uma incumbência que lhe foi atribuída em 14/Abril? Mas não era «A Oficina» que tinha competência para elaborar o tal programa funcional necessário para a elaboração do estudo de sustentabilidade económico? A impressão com que se fica é que não há quem mande, ou saiba mandar, na Câmara de Guimarães, pois que o Presidente entrega um pedido de elaboração do estudo à «Oficina», por ser esta a entidade habilitada em matéria cultural, e esta entidade, quase meio ano depois, vem dizer que não se considera habilitada. Esta é de facto uma situação estranha, de que parece resultar que não há um conhecimento exacto das funções e capacidade de cada uma das empresas da esfera empresarial do Município. Mas há uma outra dimensão, mais importante, a ponderar. Vejamos, o ponto trazido

a deliberação na reunião de 14/Abril, dizia-se o seguinte: “*Deste modo, proponho que a Câmara Municipal cometa à Cooperativa A Oficina: 1....2. Que promova a elaboração de um estudo que configure uma proposta de modelo de gestão global e a sua sustentabilidade económica em termos futuros.*” Agora, na contratação de um estudo que pretende substituir aquele cuja incumbência foi cometida à «Oficina» em Abril, diz-se o seguinte: “*1.1 Objectivos gerais – (1) Estudar o centro histórico de Guimarães, sua realidade e perspectivas, desafios e dificuldades, desenhando a sua competitividade presente e futura e, no mesmo estudo, (2) prestando uma atenção particular e focalizada no PAA e seu modelo de gestão e funcionamento serão os dois grandes objectivos do estudo.*” Isto é, duma incumbência para elaboração de um estudo que apresente (1) uma proposta de modelo de gestão e (2) dados da sustentabilidade económico-financeira em termos futuros do equipamento, ficamos com: (1) uma proposta de modelo de gestão e funcionamento; e (2) um estudo sobre o CH de Guimarães. Ou seja, a conclusão a retirar é a de que parece claro que pretendeu a Câmara com esta mistura de estudos, análises e dados, deixar cair o estudo de sustentabilidade económico-financeira da Plataforma das Artes, algo que nunca poderá merecer a concordância do PSD, até porque, já em 14/Abril, foi pelo PSD manifestado ser “*imprescindível*” a elaboração de um tal estudo”. **Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte declaração de voto:** “O PSD está naturalmente de acordo com a contratação de um estudo para a Competitividade do Centro Histórico (CH) de Guimarães, designadamente nas vertentes apresentadas no ponto dado para deliberação. No entanto, este estudo vem apresentado como uma alteração à



deliberação do ponto 4 da reunião de Câmara de 14/Abril último, designado "Plataformas de Artes e Criatividade – Programação e Gestão". Ora, nesse ponto, entregava-se à Oficina a encomenda de um estudo relativo **apenas** à Plataforma das Artes, por se entender ser esta a entidade com competências no sector cultural. O Presidente de Câmara, perante as dúvidas levantadas pelo PSD de que «A Oficina» não teria competências técnicas para elaborar tal estudo com incidência económica, esclareceu que (em citação por aproximação, constante da acta, em declaração de voto dos vereadores do PSD) *"não se pretende que seja «A Oficina» a elaborar o estudo económico-financeiro, pretendendo-se tão somente delegar n'«A Oficina» a encomenda do estudo a uma outra entidade, com capacidade e apetência para o efeito, sendo que a razão de ser desta delegação n'«A Oficina» se prende com a circunstância de ser esta a entidade com poderes delegados na área cultural, apta como tal a estabelecer o programa funcional com base no qual será efectuado o estudo de sustentabilidade económico-financeira e proposta de modelo de gestão."* Esta posição foi clara, e motivou inclusive o voto favorável do PSD. Agora, quase 6 meses depois, diz-nos «A Oficina» o seguinte: *"Já no que concerne ao estudo conducente à elaboração de uma proposta de modelo de gestão e sustentabilidade económica da Plataforma das Artes em termos futuros, informa não dispor de recursos humanos ou financeiros que lhe permitam responder ao cometimento expresso na referida proposta, pelo que sugerem que a Câmara Municipal de Guimarães proceda à respectiva aquisição."* Fica sem se perceber o que se passa. Porque devolve agora «A Oficina» à Câmara, quase 6 meses volvidos, uma incumbência que lhe foi atribuída em 14/Abril? Mas não era «A Oficina» que tinha competência para elaborar o tal programa

funcional necessário para a elaboração do estudo de sustentabilidade económico? Esta é de facto uma situação estranha, de que parece resultar que não há um conhecimento exacto das funções e capacidade de cada uma das empresas da esfera empresarial do Município. Mas há uma outra dimensão, mais importante, a ponderar. Vejamos, o ponto trazido a deliberação na reunião de 14/Abril, dizia-se o seguinte: *"Deste modo, proponho que a Câmara Municipal cometa à Cooperativa A Oficina: 1....2. Que promova a elaboração de um estudo que configure uma proposta de modelo de gestão global e a sua sustentabilidade económica em termos futuros."* Agora, na contratação de um estudo que pretende substituir aquele cuja incumbência foi cometida à «Oficina» em Abril, diz-se o seguinte, nos seus objectivos gerais: *"1.1 Objectivos gerais – (1) Estudar o centro histórico de Guimarães, sua realidade e perspectivas, desafios e dificuldades, desenhando a sua competitividade presente e futura e, no mesmo estudo, (2) prestando uma atenção particular e focalizada no PAA e seu modelo de gestão e funcionamento serão os dois grandes objectivos do estudo."* Isto é, duma incumbência para elaboração de um estudo que apresente (1) uma proposta de modelo de gestão e (2) dados da sustentabilidade económico-financeira em termos futuros do equipamento, ficamos com: (1) uma proposta de modelo de gestão e funcionamento; e (2) um estudo sobre o CH de Guimarães. Ou seja, a conclusão a retirar é a de que parece claro que pretendeu a Câmara com esta mistura de estudos, análises e dados, deixar cair o estudo de sustentabilidade económico-financeira da Plataforma das Artes, algo que nunca poderá merecer a concordância do PSD, até porque, já em 14/Abril, foi pelo PSD manifestado ser *"imprescindível"* a elaboração de um tal



estudo. Na discussão tida neste ponto, foi pelo Presidente de Câmara referido que, muito embora tal não constasse expressamente do texto, que o estudo que agora se encomenda visa tão somente aproveitar um estudo que sempre seria necessário elaborar para o CampUrbis, e fazê-lo integrando a Plataforma das Artes e da Criatividade (PAC), no entanto, tanto o Presidente como o Vice-Presidente da Câmara asseguraram que o estudo de sustentabilidade económico-financeira em concreto sobre a PAC seria igualmente efectuado e que o mesmo estava incluso neste estudo mais abrangente. Assim, mediante o compromisso assumido pelo Presidente e Vice-Presidente, de que não obstante o referido no texto da deliberação, o objectivo era realizar igualmente um estudo em concreto sobre a PAC, com a abrangência que lhe havia sido atribuído pela deliberação de 14.04.2011, os vereadores do PSD votaram favoravelmente esta proposta”. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE AMBIENTE E SEGURANÇA – Presente a seguinte informação da

Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade:

“Em 2006, o Município de Guimarães considerou fundamental apostar num modelo de Gestão pela Qualidade tendo em vista uma maior eficiência dos Serviços e, consequentemente, o aumento da satisfação dos seus utentes face aos serviços prestados. Considerando a complexidade e dimensão da estrutura orgânica da autarquia, considerou-se adequado optar por uma implementação faseado do Sistema de Gestão da Qualidade, iniciando-se por dois departamentos estratégicos, o Financeiro, cujos clientes são essencialmente clientes internos e a Gestão Urbanística com maior impacto junto dos clientes externos – os

cidadãos. Decorridos cerca de 4 anos, o Sistema de Gestão da Qualidade abarca já quase todos os departamentos municipais, estando em curso uma nova extensão aos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e de Ambiente, ao Arquivo Municipal e à Polícia Municipal. Quando, em Junho de 2010, se propôs esta ultima extensão optou-se por manter apenas o sistema de gestão pela qualidade, segundo os critérios da Norma NP EN ISO 9001. Contudo, à medida que o sistema vai crescendo, têm surgido algumas questões em matéria de ambiente e segurança, que nos levaram reflectir sobre a necessidade de implementação de um sistema integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança. Desde logo, em matéria de ambiente e segurança, o DL nº 194/2009, de 20 de Agosto, impõe que o Município, enquanto entidade gestora de resíduos, implemente um sistema de gestão para garantia da qualidade do serviço prestado, isto é um sistema de Gestão Ambiental e um Sistema de Segurança e Saúde no trabalho. Ora, considerando que: A execução das tarefas associadas à implementação dos sistemas acima referidos impõem conhecimentos e formação especializados em matéria de avaliação de riscos e de aspectos ambientais, bem como conhecimentos profundos da legislação ambiental e de segurança no trabalho; Os recursos humanos disponíveis na Divisão da Modernização Administrativa (DMAQ) mostram-se manifestamente insuficientes atendendo a que as tarefas inerentes a este processo abarcam, para além da implementação do novo âmbito, a manutenção da certificação já conseguida, sendo necessários para o efeito, pelo menos, três elementos. Consultado o Departamento de Recursos Humanos para que, dentro do mapa de pessoal da autarquia, verificasse a possibilidade de transferir para a DMAQ, trabalhadores que possuísem as habilitações necessárias, foi



informado que não haveria possibilidade de satisfazer tal necessidade em tempo útil com recurso ao actual quadro de pessoal da Autarquia, manifesta-se necessário recorrer a adjudicação externa para o efeito. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de prestação de serviços, de acordo com o seguinte: a) O objecto do contrato é a assessoria técnica para implementação de um sistema integrado de Ambiente e Segurança para a gestão de resíduos que consiste no desenvolvimento de um conjunto de acções de consultoria e formação, de forma a proporcionar uma eficiente concepção e implementação daquele sistema de gestão, de acordo com os requisitos decorrentes do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto e das normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e OHSAA 18001 – Gestão de Segurança, bem como a realização de auditorias internas ao sistema, devendo o prestador manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com as entidades externas ao Município sempre que consideradas necessárias. b) O prazo para esta implementação é de 30 meses; c) O preço deste contrato é de €18 000,00 (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a pagar em 30 prestações mensais iguais no montante de €600,00 (seiscentos euros) cada uma, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. d) A despesa anual, respeitante ao ano em curso, no valor de €2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental

na rubrica 020220 – Aquisição de serviços. e) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito a empresa “XZ – Consultores. Os motivos pelos quais a escolha recaiu sobre esta entidade têm a ver com o facto de os serviços Municipais conhecerem já o trabalho por ela realizado, nomeadamente porque é esta a entidade que tem vindo a acompanhar a implementação, na Câmara Municipal, no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), detendo esta empresa grande conhecimento da nossa organização, tendo apresentado resultados muito positivos no que respeita à consultoria que nos vem prestando”. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – DOAÇÃO AO MUNICÍPIO – TELEVISOR DAEWOOD – (PROC. Nº 40/15/2002) – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão do Património Municipal: “De acordo com informação transmitida pelos Serviços de Educação e pelo Agrupamento de Escolas Prof. João de Meira, já há mais de uma década que existe um televisor de marca DAEWOO afecto à EB1 de Oliveira do Castelo, destinando-se às crianças que frequentam a Unidade de Apoio à Multideficiência daquele estabelecimento escolar. Todavia, não tendo aquele equipamento sido adquirido pela autarquia, uma vez que foi doado à escola primária, o respectivo Agrupamento de Escolas vem informar que pretendem que tal equipamento seja património municipal, atendendo a que é utilizado no âmbito de projectos educativos. Deste modo, atendendo que a televisão em causa se encontra ao serviço do Município já há diversos anos, beneficiando as crianças do ensino básico que necessitam de apoio especial, entendo que



não existe qualquer inconveniente na aceitação da referida doação. À presente doação deverá ser atribuído um valor de €43,05, conforme orçamento que se anexa. Desta forma, deverá ser submetida a deliberação camarária a aceitação da doação, a favor do Município, do televisor de marca Daewood, ao abrigo do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA PERMITIR A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS – PROCº 40/05/2009

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães aprovou o projecto de construção do denominado Centro Escolar de Moreira de Cónegos, tendo-se procedido à identificação dos proprietários e à avaliação das parcelas de terreno, por um perito da lista oficial. De acordo com o relatório elaborado por perito da lista oficial, foi notificado Sr. Domingos Victor Abreu Magalhães, para a tentativa de aquisição amigável do prédio de que é proprietário, com a área total de 7.540m², pelo que foi proposto o valor de €175.327,60. A resposta daquele proprietário foi positiva, pelo que deverá ser superiormente decidido adquirir ao indicado munícipe, um terreno com a área de 7.540m², situado no Lugar do Aviascos, freguesia de Moreira de Cónegos, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 539/Moreira de Cónegos e omissa na respectiva matriz rústica, tendo contudo sido participado em 17 de Agosto de 2011 a sua inscrição, pelo valor de €175.327,60 (cento e setenta e cinco mil trezentos e vinte e sete euro e sessenta cêntimos), nos termos do artigo 11º do

Código das Expropriações, para permitir a instalação do Centro Escolar de Moreira de Cónegos. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na económica 07.01.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – PARCELA DE TERRENO SITUADA NO LUGAR DA POUSADA DE FORA, FREGUESIA DE AZURÉM (PROC. RP/13/99) – Presente a

seguinte informação da Chefe da Divisão do Património Municipal:

"A VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, tem vindo a sentir grandes carências no que respeita a espaços para armazenamento temporário de materiais e de resíduos sólidos, provenientes de obras executadas na sua área de intervenção. Para colmatar esta lacuna, aquela empresa intermunicipal vem solicitar a cedência de uma parcela de terreno com a área de 1.200,00m², propriedade do Município, situada no lugar da Pousada de Fora, da freguesia de Azurém. Aquela parcela de terreno é parte de um prédio rústico, com a área de 20.000,00m², descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1173/Azurém e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 84. Consultada a Divisão de Planeamento Urbanístico sobre a viabilidade de instalação do depósito no referido terreno, aqueles Serviços informam não haver inconveniente, sob o estrito ponto de vista urbanístico, na cedência da referida parcela de terreno. À consideração superior."

A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELAS DE TERRENO SITUADAS NO LUGAR DA VINHA DA PORTELA, FREGUESIA DE SERZEDELO (ALVARÁ DE



LOTEAMENTO Nº 38/91 – PROC.º 40/02/2007) – Presente a seguinte informação dos Serviços de Património: “Aquando da execução das obras de infra-estruturas do loteamento titulado pelo Alvará nº 38/91, situado no lugar da Vinha da Portela, da freguesia de Serzedelo, foi deferida a alteração ao perfil do arruamento inicialmente aprovado para aquela urbanização, conforme despachos de 28/02/1997 e de 03/09/1997 do então Vereador Sr. António Castro, tendo também sido aceite que a área de 497,00 m² destinada a zonas verdes poderia ser integrada nos lotes confinantes, desde que o pedido de alteração ao loteamento fosse solicitado pelos respectivos proprietários. Deste modo, e nos termos das informações da Divisão de Operações de Loteamentos (DOL), datadas de 29/01/2007 e de 14/01/2010, as parcelas de terreno abaixo identificadas foram abusivamente ocupadas pelos proprietários dos lotes adjacentes, pelo que se submete-se à consideração superior a sua desafectação do domínio público, para posterior venda, pelo preço indicado na tabela infra, determinado com base na simulação do valor patrimonial tributário, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, disponível no sítio da Internet das Finanças. -----

Nº Parcela	Área	Confrontações	Valor da venda
1	25,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 1, Nascente c/ C.M. 1602-1, Poente c/ terreno do domínio público	€1.090,00
2	50,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 4, Nascente e Poente c/ terreno do domínio público	€2.170,00
3	48,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 5, Nascente e Poente c/ terreno do domínio público	€2.090,00
4	60,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 6, Nascente e Poente – terreno do domínio público	€2.610,00
5	55,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 7, Nascente e Poente – terreno do domínio público	€2.390,00
6	61,00m ²	Norte c/ arruamento público, Sul c/ lote 8, Nascente e Poente c/ terreno do domínio público	€2.650,00
7	52,00m ²	Norte e Sul c/ terreno do domínio público, Nascente c/ arruamento público e Poente com lote 9	€2.260,00
8	26,00m ²	Norte c/ terreno do domínio público, Sul c/ José Pinto Teixeira, Nascente c/ arruamento público e Poente c/ lote 10	€1.130,00

Em caso de aceitação, e nos termos do disposto na alínea a), nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, caberá à Câmara Municipal submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafectação do domínio público das identificadas parcelas de terreno, ao abrigo da competência própria daquele órgão prevista na alínea b), nº 4, do artigo 53º, do mesmo diploma legal. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM A COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS, CIPRL – Presente, para ratificação, o Protocolo celebrado com a Cooperativa Taipas Turipermas, CIPRL, em 10 de Agosto de 2011, tendo por objecto a constituição de uma parceria tendo em vista a instrução de candidatura, a apresentar pela Taipas Turitermas, CIPRL, ao Convite Público para a Apresentação de Candidaturas – EEC PROVERE/PA/1/2010, cuja finalidade é a requalificação da Estância Termal das Taipas, designadamente as suas infra-estruturas termais (Banhos Velhos e Banhos Novos). O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – CONCESSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, a Equipa Móvel e Multidisciplinar do Vale do Ave (PETI) ao qual sucedeu o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) tem vindo a desenvolver respostas educativas/formativas em alternativa ao ensino regular através da medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação. Nesse sentido, está previsto iniciarem quatro PIEF’S para cerca de 60 alunos já no próximo mês de



Setembro, que terão lugar na EB 2,3 Fernando Távora (para certificação do 3.º ciclo até Junho de 2012), EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso e Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (para certificação do 3.º ciclo até Junho de 2013) e EB 2,3 de Infias (para certificação do 2.º ciclo até Junho de 2012), pelo que solicita e à semelhança de anos transactos, a colaboração da Autarquia para a concessão de transporte escolar em carreira pública, para o grupo de alunos que vão ingressar naquelas turmas. Assim, e atendendo a que: estes projectos decorrem da necessidade de assegurar a continuidade do percurso escolar destes grupos de jovens, que de outra forma abandonariam precoce e definitivamente o sistema de ensino, esperando que este programa, com a flexibilidade e adaptabilidade que oferece, permita a conclusão da escolaridade obrigatória, mantendo os alunos vinculados à escola; os alunos são oriundos de agregados familiares com graves carências económicas, com pouca cultura escolar e com forte desestruturação familiar; propõe-se a concessão de transporte escolar. Mais se informa que o transporte vai implicar à Autarquia o custo mensal previsível de €1.200,00 e que para efeitos de cabimentação de verbas deverá ser utilizada a proposta n.º 3526 do plano de transportes escolares para o ano lectivo 2011/2012, aprovado em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com

informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos dos artigos 17º e 18º, do Capítulo III, Anexo VI, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EEM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Março de 2011, que disponibilizou à CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EEM, o transporte, em autocarro, dos moradores dos empreendimentos sociais à sede da Associação Amigos de Urgeses, para participarem no Encontro Sénior 2011 da EB1/JI, promovido pela Comissão Social Interfreguesias de Couros, no passado dia 3 de Agosto.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTIVAL DE VERÃO “BARCO ROCK FEST” 2011 –

Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “A Junta de Freguesia de Barco e o Movimento Artístico das Taipas – Associação Cultural, registado no RMECARH sob o nº 508 053 714/ RMECARH, organizam em parceria, de 24 a 27 de Agosto próximo, a 6ª edição do “Barco Rock Fest”, um festival de música moderna que se realizará como habitualmente junto à Praia Fluvial de Barco. Trata-se de uma iniciativa cada vez mais mobilizadora de públicos jovens de toda a região, em virtude de se ter vindo a afirmar de forma consistente e evolutiva no panorama dos festivais musicais que se realizam durante a época de Verão. Pelo seu inquestionável interesse para a diversificação artística e geográfica da oferta cultural do concelho, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição de um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros) à Junta de Freguesia de Barco para apoio à realização do “Barco Rock Fest ‘2011”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica

04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**
SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES” – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Na reunião de Câmara de 2 de Junho de 2010 foi deliberado por unanimidade aprovar o apoio à actividade “Tardes Dançantes” destinada a pessoas detentoras do Cartão Municipal do Idoso, como forma de promover o bem-estar físico e emocional, proporcionando momentos de convívio; 2 - A sede do Grupo Cultural e Recreativo “os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, sito na rua Gravador Molarinho – freguesia de Oliveira do Castelo, foi o local encontrado e escolhido, atendendo à sua centralidade e livre de barreiras arquitectónicas; 3 - A Direcção do Grupo Cultural e Recreativo “os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” cedeu as instalações mediante a atribuição de um subsídio anual de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) para despesas de manutenção (água, luz e limpeza); 4 - A Divisão de Acção Social foi confrontada com o pedido dos utentes da actividade supracitada para colocar naquele espaço, pelo menos três ventoinhas por se ter constatado demasiado calor e pouca ventilação, dificultando a realização das actividades recreativas; 5 - A instituição – Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, solicitou apoio financeiro para a aquisição das ventoinhas para a ventilação do salão onde se realiza a referida actividade; 6 - A instituição – Grupo Cultural e Recreativo “os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” se encontra registada com o nº 501371761 no Registo Municipal de Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas ou Humanitárias do Concelho de Guimarães (RMECARH); 7 - A utilidade social desta colaboração que nos permite desenvolver uma actividade promotora do envelhecimento activo; Submete-se à aprovação a atribuição de um subsídio no



valor de €289,05 (duzentos e oitenta e nove euros e cinco cêntimos) à Direcção da Instituição supra referida, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento n.º 606/2010 de 15 de Julho, para a aquisição das referidas ventoinhas, com vista à manutenção desta actividade nas condições ambientais adequadas”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – FESTA EM HONRA DE S. JORGE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Associação de Festas de Selho S. Jorge solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Jorge, realizada entre os passados dias 29 de Abril e 1 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €95,36 (noventa e cinco euros e trinta e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR – FESTAS DA SENHORA DA AJUDA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gondomar solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa da Senhora da Ajuda, realizada entre os passados dias 6 e 8 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Gondomar, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €19,20 (dezanove euros e vinte cêntimos). Esta

despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO – FESTAS DO DIVINO SALVADOR DE PINHEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Pinheiro solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Divino Salvador de Pinheiro, realizada entre os passados dias 26 e 31 de Julho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Pinheiro, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €17,24 (dezassete euros e vinte e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO – FESTA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Padroeiro, realizada entre os passados dias 12 e 14 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €11,57 (onze euros e cinquenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 17 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE SETEMBRO DE 2011

APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----